

MESQUITA, 04 de junho de 2024.

**OFÍCIO N° 093/2024/MESQUITAPREV**

**Ref.: Processo TCE/RJ 222603-2/22**

**ACÓRDÃO N° 008322/2024-PLENV**

Origem: INST PREV SERV PUB MESQUITA MESQUITAPREV.

Natureza: PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2021.

Prezado senhor,

Em atendimento ao Ofício supra referenciado, prestamos os devidos ESCLARECIMENTOS com DOCUMENTOS, requerendo, desde já o seu processamento.

Colocamo-nos a disposição de Vossa Excelência para quaisquer esclarecimentos adicionais e renovamos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Cátia da Silva Ferraz  
DIRETORA PRESIDENTE  
Matricula 80/003

OFÍCIO Nº 093/2024/ MESQUITAPREV

Mesquita, 04 de junho de 2024.

Ref. Processo TCE/RJ 222603-2/2022

Exmo. Sr. Conselheiro,

**CÁTIA DA SILVA FERRAZ**, devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, em resposta a COMUNICAÇÃO de inteiro teor do **ACÓRDÃO Nº 008322/2024-PLENV** proferido por este Colendo Tribunal de Contas, apresentar os seguintes esclarecimentos, na forma abaixo exposta.

#### BREVE SÍNTESE DOS FATOS

Trata o presente processo da Prestação de Contas Anual relativa ao exercício de 2021, onde essa Corte exarou ACÓRDÃO em sessão plenária virtual, ocorrida aos 11 dias de março do ano corrente, determinando comunicação, informações e documentos, que seguem abaixo.

Em atendimento à esta Corte, em consagração à sua natureza jurídica e interesse de seus fiscalizados, visa o presente demonstrar integralmente o cumprimento de suas determinações no citado Acórdão, propiciando o prosseguimento do feito.

Para que tenhamos uma resposta mais organizada lançaremos abaixo as solicitações como forma de demonstrar o atendimento integral, uma a uma:

#### ESCLARECIMENTOS

**1.1** Quanto ao saldo do exercício anterior, R\$ 148.902.243,35 evidenciando no Balanço Financeiro do exercício 2021, diverge do saldo registrado R\$148.930.443,07, no Balanço Financeiro do exercício 2020 do processo TCE-RJ nº 221.506-9/21.

ESCLARECIMENTOS: Após consulta ao sistema, constatamos que **os saldos das disponibilidades do exercício anterior e saldo registrado em 2021, se equiparam corretamente, conforme comprovam Demonstrativos contábeis que seguem anexos.** Solicitamos, assim, o acolhimento do entendimento do Tribunal

pela regularidade, reiterando que eventual erro foi corrigido.

**1.2** Esclarecer quanto às providências para regularização dos Débitos originados em exercícios anteriores, no montante R\$ 24.475.597,79.

ESCLARECIMENTOS: a priori, informamos que não há registro no Balanço do exercício em análise da inscrição deste valor, conforme se verifica no Balanço anexado e remetido à Egrégia Corte no ato do envio da PCA. A este respeito, é importante informar que a **atual gestão, que assumiu em 2021, identificou inúmeras pendências relativas a exercícios anteriores**, sendo uma das pendências a ausência de baixa de valores (saídas) nos registros contábeis. Imediatamente abriu processo administrativo e determinou que fosse feito um levantamento pelo setor contábil e financeiro de todos os processos de pagamentos sem o devido registro contábil, ocorrido nos exercícios anteriores. Até a presente data foi apurado o total de R\$ 22.692.409,55, referentes a pagamentos de RST, restituição de auxílio doença, auxílio maternidade, gratificações temporárias que não compunham o cálculo dos proventos, dentre outros. Estes valores teriam sido, equivocadamente, contabilizados pela responsável, sob a rubrica “débitos de exercícios anteriores” (2017 a 2020), constando no sistema como “saldos pendentes de correções”, conforme demonstra documento anexo. Nota-se que o valor até então identificados, aproxima-se do valor questionado. Por tratar-se de pagamentos de exercícios anteriores, há toda uma demanda de tempo para identificação junto a tesouraria, banco e análise de documentos para definitivamente solucionar a pendência.

Estamos, portanto, diligenciando e providenciando o correto registro contábil destes valores. Está demonstrado, assim, que a signatária vem tomando as medidas eficazes para sanear o ajuste contábil não efetuado à época própria e, considerando tratar-se de pendência de exercício anterior e os esforços ora comprovados, não deve ser maculada e penalizada a atual gestão, afastando desta, qualquer irregularidade relativo ao presente.

**1.3** Apresentar esclarecimentos quanto às providências adotadas no que concerne às divergências apuradas entre os saldos apresentados pelo Tesouraria e os saldos constantes na contabilidade, anteriores ao exercício de 2021 mencionadas pelo Responsável pelo Setor contábil em seu Relatório (esclarecer quanto à natureza das diferenças, bem quanto a sua regularização);

ESCLARECIMENTOS: A divergência era relativa à conta 20.793 – 4 (114110904000040) – UM MARLIM DIVIDENDOS FIA. **A conta em questão não se apresentava no relatório da Tesouraria** devido a um erro em seu cadastro e após análise do presente verificou-se que no final daquele exercício, a divergência já tinha sido saneada, não havendo mais divergência entre os saldos. Assim, COMPROVA neste ato que já foi regularizada a Determinação, conforme comprova documento anexo.

**1.4.** Quanto às seguintes diferenças entre as contribuições retidas e repassadas dentro do exercício, verificadas entre o Anexo 10 e o Modelo 34 da Deliberação TCE-RJ nº 277/17:

Contribuição	Anexo 10	Modelo 34	Diferença
Patronal	8.117.720,30	9.463.820,21	-1.346.099,91
Servidor	7.415.393,50	5.936.498,00	1.478.895,50

ESCLARECIMENTOS: Seguem **modelos retificados**, cabendo esclarecer, neste ato, que **não há diferença a ser recolhida, haja vista o repasse integral providenciado.**

**1.5** Quanto a quitação pelo valor original, **R\$ 2.739.595,25**, referente à contribuição patronal, retido e não repassado ao RPPS efetuada no exercício de 2022 contrariando o disposto no art. 90 da Lei Municipal nº 906/15;

ESCLARECIMENTO: o valor foi **INTEGRALMENTE QUITADO** no montante apontado pela Egrégia Corte, conforme comprova extrato bancário anexo, razão pela qual deve ser considerada cumprida esta Determinação.

Importante destacar que no Exercício 2021, além de tratar-se de um ano pós pandemia, em que a Economia nacional estava se adaptando ao cenário caótico ocasionado pela COVID-19, o Município de Mesquita enfrentou perdas expressivas por causa das chuvas torrenciais que devastou o município, fato noticiado em toda a imprensa e que culminou do decreto de situação de emergência.

Não pretendo, com isto, justificar qualquer ato que contrarie a lei, mas apenas trazer à baila, acontecimentos que inevitavelmente importaram no atraso do cumprimento de algumas obrigações mas que em seguida foram CUMPRIDAS INTEGRALMENTE, conforme comprovam extrato e Demonstrativos anexos.

Por todo o exposto e, considerando que a obrigação foi integralmente cumprida, requer o acolhimento da presente e considerada regular a presente prestação de contas.

**1.6** Quanto a divergência dos valores registrados das contribuições dos **servidores** e **patronal** (normal e suplementar), retido e repassado dentro do exercício evidenciados no Modelo 36 da Del. TCE-RJ nº 277/17, com montantes registrados respectivamente, no Demonstrativo da Dívida Flutuante e Anexo 11, conforme a seguir demonstrado:

CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR	VALOR REGISTRADO (R\$)
MODELO 36 DA DEL. TCE-RJ Nº 277/17	19.339,67
ANEXO 17 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64	7.218,76

CONTRIBUIÇÃO DO PATRONAL	VALOR REGISTRADO (R\$)
MODELO 36 DA DEL. TCE-RJ Nº 277/17	39.367,87
ANEXO 11 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64	20.558,46

**ESCLARECIMENTOS:** A diferença apontada explica-se pelo pagamento e respectivo lançamento em diferentes competências. Assim, eventual divergência de valores registrados quando do envio das Contas **já foram saneadas**, conforme comprovam modelos retificados anexos.

## CONCLUSÃO

Isto posto, registro que ao assumir a gestão deste RPPS inúmeras inconsistências foram diagnosticadas. Contudo, foram tomadas medidas eficazes para regularização das mesmas.

Ressalta-se que no Exercício 2021, além de tratar-se de um ano pós pandemia, em que a Economia nacional estava se adaptando ao cenário caótico ocasionado pela COVID-19, o Município de Mesquita enfrentou perdas expressivas por causa das chuvas torrenciais que devastou o município, fato noticiado em toda a imprensa e que culminou do decreto de situação de emergência.

Não pretendo, com isto, justificar qualquer ato que contrarie a lei, mas apenas trazer à baila, acontecimentos que inevitavelmente importaram no atraso do cumprimento de algumas obrigações, mas que foram imediatamente cumpridas, conforme comprovam extrato e Demonstrativos anexos.

Razoável que alguns pagamentos tenham ocorrido fora do período, em razão também das inconsistências citadas. Fato é que Gestor e chefe do Executivo empreenderam esforços para sanear os problemas, **regularizando todos os pagamentos** e obtendo a emissão do CRP administrativo na sequência, o que comprova sua responsabilidade e cumprimento de todas as normas legais vigentes.

Assim, foram atendidos INTEGRALMENTE os esclarecimentos e remetidos os documentos pertinentes, comprovando as diligências saneadoras de uma gestão pautada na responsabilidade, legalidade, transparência e sustentabilidade deste RPPS, REQUEIRO, assim, o acolhimento das informações e, por não mais haver qualquer pendência a ser saneada, consequente emissão de parecer favorável à presente Prestação de Contas.

Na hipótese da Egrégia Corte considerar que alguma informação foi insuficiente, seja-nos comunicado e concedido prazo para complementá-las, por ser medida da mais lúdima e salutar justiça.

Mesquita, 04 de junho de 2024.